



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16483 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

DJANIRA DALVA DE FARIAS: A DOCÊNCIA FEMININA ENTRE LABORATÓRIOS E OFICINAS (1940-1962)

Gilmara Catarine Dantas Costa - IFRN/CAMPUS NATAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Francinaide de Lima Silva Nascimento - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

DJANIRA DALVA DE FARIAS: A DOCÊNCIA FEMININA ENTRE LABORATÓRIOS E OFICINAS (1940-1962)

1 INTRODUÇÃO

Quem foi a primeira mulher/professora que enveredou nas oficinas e laboratórios das disciplinas de cultura técnica na história do Liceu Industrial de Natal ? O presente questionamento foi o *mote* para essa pesquisa cujo objetivo é investigar o ingresso e a participação da primeira docente que atuou nas disciplinas técnicas dessa instituição, posto que até a década de 1940 as professoras eram contratadas para lecionar apenas disciplinas da denominada Cultural Geral.

Por sua inserção historiográfica, o presente estudo requer uma demanda por vestígios históricos, arquivos e documentos, que possam circunscrever o contexto e as relações sociais estabelecidas pela professora pesquisada, assim como sua experiência. Para a construção de um contexto histórico, o uso de fontes não oficiais faz-se imperativo, memórias, jornais, correspondências, cadernos, entre outras, pois apreendem detalhes omitidos pelas fontes oficiais.

Posto isso, temos a aproximação desse objeto de estudo com a história

cultural, campo que oferece espaço para a utilização de novos métodos e fontes, principalmente para a ampliação da concepção e de tipos de documentos. Emerge desse entendimento a circunscrição de um estudo que aglutina a história de vida de uma mulher professora com a cultura escolar elaborada, também com sua participação, de uma instituição educativa de Ensino Industrial.

A respeito do campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero compreendemos que até recentemente “falar de mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil” (Soihet; Pedro, 2007, p. 282 - 283).

Assertiva facilmente confirmada durante a revisão de literatura realizada para a construção dessa pesquisa, com um número insuficiente de trabalhos acadêmicos que abordavam de forma central a participação feminina ao longo da história do atual IFRN, em que se destacam apenas quatro (4) artigos, Medeiros Neta; Silva (2017); Fonseca; Souza (2014); Silva; Paiva, (2009); Silva; Paiva (2008). Além disso, as visitas ao Arquivo Geral do IFRN - Campus Natal Central evidenciam a existência de um número diminuto de registros que faziam alusão ao trabalho desempenhado pelas professoras, gestoras e alunas.

Faz-se importante elucidar que menções à participação da professora Djanira Dalva de Farias foram encontradas em trabalhos que abordavam a história das institucionalidades do atual IFRN, a exemplo de: Silva (2019) e Medeiros (2011). Entretanto, a presença dessa mestra é comentada apenas para a discussão de outros objetos, não sendo o tema principal.

Em consonância com Perrot (2006) compreendemos que a mulher sempre foi silenciada na história e, apesar da categoria gênero (SCOTT, 2017) ter tido um crescimento considerável nos últimos anos, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, ainda não foi o suficiente para apagar os séculos de negligência. Cabe às novas gerações de pesquisadores lançarem luz às personagens importantes para a escrita da história educacional desse país: as professoras.

Entre os procedimentos metodológicos, fez-se necessário uma breve busca no Arquivo Central do IFRN para identificar quem seria a participante dessa pesquisa, o período em que ocorreu o seu ingresso e as institucionalidades que perpassam essa atuação.

Os indícios apontam que Djanira Dalva de Farias foi a primeira professora de disciplina técnica da história da instituição, tendo sido admitida em 23 de julho de 1940, contratada a princípio como auxiliar da cadeira de Desenho Ornamental e que, posteriormente, passou a ser professora chefe da disciplina de Desenho Ornamental.

Verificou-se que após o ingresso de Djanira Dalva de Farias no Liceu Industrial de Natal, só veio ocorrer outra contratação de professora para disciplina de natureza técnica em 01 de junho de 1967, com Maria de Lourdes Alves de Souza, docente responsável pela disciplina de Artes Industriais, já sob outra institucionalidade, a Escola Industrial Federal.

Ao término dessa pesquisa é notório a necessidade de novos estudos sobre a participação de mulheres na história da instituição, nesse caso específico, escritos que façam referência ao ingresso e atuação de docentes do sexo feminino em disciplinas técnicas ao longo dos mais de 114 anos da instituição. A pesquisa bibliográfica e as visitas realizadas ao Arquivo Geral do IFRN-Campus Natal Central revelam o apagamento da atuação da professora Djanira Dalva de Farias.

Dessa forma, o presente texto está organizado da seguinte forma: Introdução, que evidencia a apresentação do objeto de investigação, objetivo, questão de pesquisa, justificativa, metodologia e resultados. Na segunda a seção está dividida em três subseções denominadas, a saber: Cenário dos acontecimentos, apresentação da instituição de ensino e suas mudanças de institucionalidade ao longo do tempo; O protagonismo de Djanira Dalva de Farias, quem foi e sua participação na Escola Industrial; Resultados e discussões da pesquisa, identificação dos dados obtidos através da pesquisa bibliográfica e documental; e, por fim, tecemos considerações finais, com resultados e prospecções para futuras pesquisas.

Palavras-chave: educação profissional; disciplinas de cultura técnica; docência feminina.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Cenário dos acontecimentos

Para a construção desse artigo fez-se necessário descrever, brevemente, o cenário dos acontecimentos que envolveu a contratação e a permanência da primeira professora de disciplina técnica, Djanira Dalva de Farias, no quadro de servidores dessa instituição centenária.

No ano de 1909, sob o Decreto n.º 7.566/09, assinado pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, foi criada a Escola de Aprendizes Artífices. A presente diretriz determinou a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAA). Essas instituições eram destinadas a habilitar os filhos dos desfavorecidos de fortuna a adquirir hábitos de trabalho profícuos que os afastasse da ociosidade, escola do

vício e do crime (BRASIL, 1909).

Em Natal, a Escola de Aprendizes Artífices foi inaugurada no dia 3 de janeiro de 1910, instalada no antigo prédio do Hospital da Caridade Jovino Barreto, localizado na Rua Presidente Passos, Bairro Cidade Alta, desde a sua fundação, contava com professoras em seu quadro de servidores. No que diz respeito à sua organização, “as Escolas começaram a funcionar com cinco oficinas, as quais deveriam estar em consonância com as características econômicas dos estados que as recebiam. Em Natal, foram escolhidas as oficinas de marcenaria, serralheria, alfaiataria, sapataria e funilaria” (Arrais, 2017, p. 128). Sobre a estrutura, o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, versava:

Art. 8º. Haverá em cada Escola de Aprendizes Artífices dous cursos nocturnos: primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, tambem obrigatorio, para os alumnos que carecerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem (Brasil, 1909).

No tocante a exigência do ensino primário obrigatório aos alunos que não sabiam ler, escrever e contar, é importante evidenciar que foi através dessa determinação que a EAA de Natal permitiu o ingresso de professoras em seu quadro de servidores. Por meio das pesquisas realizadas por Silva (2008) observou-se que até a década de 1940 a instituição havia contratado 8 mestras, todas ligadas ao Ensino Primário, são elas: Maria do Carmo Torres, contratada em 1909; Maria Abigail Furtado de Mendonça, contratada em 1912; Celina Torres Navarro, contratada em 1923; Maria do Carmo Cavalcante, contratada em 1926; Maria Rosa Ribas Marinho, contratada em 1933; Maria Angelita Marinho, contratada em 1934; Ruth Marinho Souto, contratada em 1935; e Maria de Lourdes Torres, contratada em 1936 (Silva, 2008). Ainda sob a EAA, no ano de 1913, o então Governador do Estado, Alberto Maranhão, cedeu ao Governo Federal a escritura pública do prédio da Avenida Rio Branco, n.º 743, que abrigaria a escola durante 53 anos (1914-1967).

Seguindo o encadeamento dos eventos que mudaram as institucionalidades e organização dessa escola, chegamos ao ano de 1937, momento em que a instituição passou a denominação de Liceu Industrial de Natal (1937-1942). Essa modificação de institucionalidade ocorreu após a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde, a partir da publicação da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937.

Com a chegada da década de 1940 o ensino industrial passou a ser protagonista do ideal de nação desenvolvida política, social e economicamente. Diante da necessidade de formar mão de obra adequada às novas exigências do capital,

profissionais treinados e habilitados para as indústrias brasileiras, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Em decorrência dessa Lei, "impõe-se uma nova organização às escolas profissionais da rede federal, transformando os antigos Liceus em Escolas Industriais ou em Escolas Técnicas. No caso específico da cidade do Natal, seria instalada a Escola Industrial voltada para a formação de Artífice, em algumas áreas do ensino industrial básico" (Silva, 2019, p. 37).

A Escola Industrial de Natal, instalada em 1942, estabelecida no prédio da Avenida Rio Branco, antiga Rua Nova, Bairro Cidade Alta, permaneceu sob esta institucionalidade até o ano de 1965, momento em que passa a ser denominada de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte em função da Lei n.º 4.759/1965. Segundo Gurgel (2007, p. 155), "Já sob a nova denominação, em 1967, foi inaugurado o novo prédio na Avenida Senador Salgado Filho, nº 1559, Natal - RN. [...] E mais uma vez, em 1968, por meio da Portaria nº 331, a Escola passou a ser chamada de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte."

A Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) permanece com essa institucionalidade até o ano de 1999, período em que a escola passa por uma nova mudança, tornando-se Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet-RN). Mais tarde, sob a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passou a se chamar de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com essa alteração modifica-se também sua organização e disposições legais.

É nesse cenário de mudanças institucionais, econômicas e políticas que temos o ingresso e atuação da professora Djanira Dalva de Farias (Desenho Industrial) em uma disciplina de cultura técnica, tornando-se pioneira na instituição.

2.2 O protagonismo de Djanira Dalva de Farias

Santos (2019), ao descrever o perfil do quadro de funcionários da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal, afirma que esse era composto em sua grande parte por homens casados, chefes de família. A eles competiam ser

diretores, escriturários, mestres, contramestres, serventes e porteiros. Eram todos homens. A direção da Escola, a considerarmos a mentalidade da época, era analogamente similar à da casa: tinha que ser feita por um homem, alguém de pulso firme, racional, disciplinador, com capacidade de liderar. O espaço da oficina, seus móveis, instrumentos ali utilizados, a racionalidade que se exigia do trabalho dos artífices, eram elementos que tornavam tal espaço essencialmente masculino, se tomarmos em

conta a mentalidade daquela sociedade (SANTOS, 2019, pp. 240-241).

Às mulheres competia o ensino das primeiras letras, disciplinas de Cultura Geral e Práticas Educativas, essa função era associada à suposta natureza feminina, doce, gentil e delicada, criando uma representação docente ideal, materna. Essas características ajudaram a transformar o magistério primário em uma profissão ideal ao sexo feminino e, conseqüentemente, contribuíram para tornar as disciplinas técnicas e oficinas espaços exclusivamente masculinos, ambientes que exigiriam força física e averso a suporta delicadeza feminina.

A respeito da personagem, objetos dessa pesquisa, alguns dados foram obtidos em visitas ao Arquivo Geral do IFRN, esses vestígios delimitaram espaços temporais e institucionalidades que perpassaram a atuação educativa da professora Djanira Farias.

Djanira Dalva de Farias, nasceu no dia 11 de outubro de 1914, natural de Angicos–RN, filha de Francisco Cosme de Farias e Ana Marta de Farias. Era professora, farmacêutica, formada na primeira turma do curso de farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e proprietária de um laboratório de análises na cidade de Natal (Melo; Calado, 2018).

Tomando como referência a ficha funcional da servidora, documento que registra informações sobre a vida profissional, fez-se possível redesenhar alguns marcos de sua participação institucional : foi admitida no Liceu Industrial como extranumerária mensalista, temporária, para desempenhar a função de professora auxiliar de Desenho Ornamental, referência VIII, no dia 23 de julho de 1940; posteriormente, em 1 de março de 1945, passou a ocupar a função de professora de Ensino Industrial XVI, sendo efetivada em 1949 através do Art. 23, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; em 1957 assumiu a função de Professora Chefe de Desenho Ornamental; permaneceu na instituição até o ano de 1962, já sob outra institucionalidade, Escola Industrial de Natal. Faleceu no dia 25 de junho do mesmo ano em Natal-RN.

Outro importante evento na sua vida profissional foi a participação no curso de aperfeiçoamento para professores de desenho ornamental, curso de férias oferecido pela Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial (CBAI), realizado na Escola Técnica Nacional, Rio de Janeiro, durante as 3 primeiras semanas do mês de julho de 1948. A respeito de curso, o Boletim CBAI (1948) afirma:

escolheu-se o Desenho Ornamental para o curso de férias de julho, em virtude do papel que essa disciplina desempenha na formação humana do jovem e, sobretudo, por constituir um instrumento a ser utilizado nas aulas de cultura técnica. Podíamos dizer mesmo que o Desenho é o maior traço de união, juntamente com a Matemática, entre o que convencionamos chamar de cultura geral e de cultura técnica. O Desenho é, sem dúvida, disciplina básica no ensino industrial.

Através do trecho retirado do Boletim CBAI (1948), observa-se o papel desempenhado pela disciplina de Desenho Ornamental no Ensino Industrial, compreendida como uma ponte entre o ensino de cultura geral e o de cultura técnica. O curso de aperfeiçoamento abordou os seguintes temas, desenho geométrico, natural, convencional, decorativo e técnico, todos os assuntos discutidos tinham o propósito de contribuir com a formação técnica dos alunos/operários.

Por intermédio das fontes consultadas no *Arquivo Geral do IFRN*, no periódico *Diário de Natal* e no *Boletim da CBAI*, a linha do tempo referente a vida da professora Djanira Dalva de Farias começou a ganhar forma. Observa-se que os dados obtidos ainda são diminutos para traçar um perfil de atuação docente, no entanto, permitiu delimitar os espaços temporais e a compreender como sujeitos de seu tempo.

2.3 Resultados e discussões da pesquisa

Com resultado, notou-se que a presença dessa mestra é relatada para a discussão de outros objetos, não sendo compreendida como tema principal, é apenas citada sem evidenciar suas contribuições. Nas fontes consultadas no arquivo da própria instituição a realidade não é diferente, são poucos os documentos que trazem alguma informação sobre quem era essa docente, seu ingresso e sua participação.

Entre os materiais consultados no Arquivo Geral do IFRN-Campus Natal Central, encontram-se: certidão de nascimento da professora; portarias com concessão de licença médica; laudos médicos; telegramas trocados com a gestão da escola; certidão de tempo de serviço; ficha funcional e horários de trabalho. Contudo, nem um documento sobre as práticas educativas e os trabalhos desenvolvidos por essa mestra, o que poderia justificar, de alguma forma, a inexistência de estudos sobre sua atuação como professora de disciplina técnica, um espaço destinado aos homens.

Diante desse cenário, fazer afirmações sobre a atuação da professora

Djanira Dalva de Farias torna-se utópico, sendo possível apenas a identificar como agente desse contexto educacional e discutir, em parte, as dificuldades de inserção nesse cenário predominantemente masculino.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dessa pesquisa, constatou-se o relevante papel desempenhado pela mestra Djanira Dalva de Farias, mulher e professora, para a história da instituição, presença e atuação, os marcos da inclusão feminina no corpo de docentes, revelam a persistência e determinação na luta por um espaço na educação profissional.

Por fim, inferimos que a pergunta de partida ainda necessita de muitas lacunas a serem respondidas, principalmente quando compreendemos a necessidade de comprometimento dos pesquisadores com a história de mulheres professoras, em razão de sua participação na sociedade e atuação profissional sempre ter sido marcada por silenciamentos, o que justificaria a inexistência de estudos sobre Djanira Dalva de Farias.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo (org.). **A terra, os homens e os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX**. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

CURSO de metodologia de desenho para professôres do Ensino Industrial Básico. **BOLETIM DA CBAI**, Rio de Janeiro, n. 7, vol. II, 1948.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1909]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal: república, trabalho e educação**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14146/1/RitaDFG.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2022.

MELO, Veríssimo de; CALADO, Carmen. **Síntese cronológica da UFRN 1958/2017**. Volume I. Natal: EDUFRN, 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Entre a ordem e o progresso: a Escola de Aprendizes Artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937)**. Natal:

IFPB, IFRN, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, Maria da Guia Sousa; PAIVA, Marlúcia Menezes de. A mulher professora na Escola Industrial de Natal (1942-1968). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão; Aracaju: UFS, UNIT, 2008. v. 1.

SILVA, Nina Maria Da Guia de Sousa. **Escola para os filhos dos outros**: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968). João Pessoa: IFRN, IFPB, 2019.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281 – 300, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/263/26305417.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.